

AJUDA EXTERNA: Recursos virão de FMI, Bird e BID e de 20 países desenvolvidos

Acordo deve ser aprovado pela diretoria executiva do FMI dentro de 2 semanas

País terá US\$ 37 bi disponíveis nos próximos 12 meses, mas não quer usar tudo

Gustavo Miranda

Odail Figueiredo, Chris Delboni e Rui Martins

• BRASÍLIA, WASHINGTON e BERNA. O Governo anunciou ontem o encerramento das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os principais países industrializados que resultaram na oferta de um pacote de ajuda de US\$ 41,5 bilhões ao Brasil. O pacote terá como base um programa econômico acertado com o FMI, que, segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deve ser formalmente aprovado dentro de duas semanas pela diretoria do Fundo. De acordo com nota distribuída pelo Ministério da Fazenda, o acordo tornará disponíveis para o Brasil US\$ 37 bilhões ao longo dos próximos 12 meses. Mas, segundo Malan, o Governo não tem a intenção de utilizar integralmente os recursos.

— Esse é um mecanismo preventivo que usaremos se for necessário. E eu espero que isso não seja necessário porque nossa expectativa é a de que o mercado internacional se normalizará e as linhas de crédito para o Brasil serão restabelecidas — disse ele.

O pacote de ajuda ao Brasil contará com US\$ 18 bilhões do FMI, US\$ 4,5 bilhões do Banco Mundial, US\$ 4,5 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 14,5 bilhões de um grupo de 20 países, incluindo Estados Unidos, Japão, Canadá e as nações que integram a União Européia, sob a coordenação do Banco de Compensações Internacionais (BIS). O fechamento do acordo recebeu manifestações de apoio de líderes econômicos e políticos ao redor do mundo, entre eles o presidente dos EUA, Bill Clinton, que considerou o programa acertado com o FMI um passo importante da comunidade internacional para lidar com a crise financeira global.

Reduzir déficit nominal é uma das metas do programa

O programa econômico, que vai valer para os próximos três anos, foi negociado com o FMI ao longo dos últimos dois meses e encaminhado formalmente ontem ao diretor-gerente do organismo, Michel Camdessus, em ofício assinado pelo ministro Pedro Malan e pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco. O Memorando de Política Econômica encaminhado a Camdessus é baseado no Programa de Estabilidade Fiscal anunciado pelo Governo no fim de outubro, que tem como principal objetivo a redução do déficit do setor público. A meta central do programa é reduzir o déficit nominal do setor público dos atuais 7% do Produto Interno Bruto para 4,7% do PIB em 1999.

O déficit nominal abrange as contas consolidadas do Governo federal, Previdência, estados, municípios e empresas estatais, incluindo no cálculo o gasto com o pagamento de juros da dívida pública. A redução do déficit nominal exige, portanto, que o Gover-



O MINISTRO DA Fazenda, Pedro Malan, ao lado do secretário Pedro Parente, ao anunciar o fim das negociações

OPINIÃO

GANHANDO TEMPO

• O ACORDO com o Fundo Monetário Internacional não é apenas uma injeção de recursos: também traz para o Brasil a tranquilidade necessária para levar a cabo o programa de ajuste fiscal nos próximos três anos. Com a iminência de crises sistêmicas no câmbio, dificilmente o Governo teria tempo e condições de se dedicar às reformas: acabaria se concentrando na gerência do dia-a-dia das contas externas — como de fato aconteceu nos últimos três meses.

O VOLUME de recursos que o acordo envolve — incluindo a participação de diversos países, coordenados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), e mais os créditos

do BID e do Bird — pode alcançar a casa de US\$ 41 bilhões. É mais do que suficiente para atender aos compromissos externos dos próximos três anos, no caso extremo de o acesso ao mercado internacional de recursos privados permanecer fechado a países emergentes, o que não é provável.

A EQUIPE econômica já pode abrir mão dos capitais voláteis de curto prazo (que causam mais transtornos do que benefícios) e neutralizar as especulações sobre uma forte desvalorização do real. No novo contexto, há também espaço para a redução das taxas de juros, o que dará mais normalidade ao ambiente econômico e facilitará o ajuste fiscal.

no promova uma queda das atuais taxas de juros ao longo dos próximos meses. Malan explicou, porém, que o programa não fixa metas para as taxas de juros, nem para o total das despesas financeiras do Governo. Ele reiterou a previsão de que a taxa média de juros será de 21,8% no próximo ano, mas ressaltou que esse é apenas um exercício de projeção, e não um indicador da trajetória de queda que as taxas terão, nem um compromisso do Governo.

— A condução da política de juros depende de uma avaliação do Governo brasileiro — frisou.

O ministro da Fazenda reafirmou também que a política cambial será mantida.

— Quero mais uma vez deixar

claro que não haverá nem máxi, nem míni, nem flutuação do real — frisou.

Além de manter a política de câmbio e de reduzir o déficit público, o Governo se comprometeu com o FMI a preservar a estabilidade macroeconômica, manter uma política monetária disciplinada e continuar com a abertura da economia para o exterior. No Memorando encaminhado a Camdessus, Malan e Franco dizem que o Governo continuará firmemente empenhado em dar continuidade às reformas da Previdência, da Administração pública e prometem encaminhar até o fim deste ano ao Congresso o projeto de reforma tributária.

O diretor-gerente do Fundo, Mi-

chel Camdessus, disse, numa coletiva em Washington, que, com o programa fiscal de três anos do Brasil e uma meta de um superávit primário crescente de 2,6% do PIB em 99; 2,8% no ano 2000; e 3% em 2001, “o caminho está agora aberto para a comunidade internacional providenciar o apoio financeiro ao Brasil, o que aumentará a confiança do mercado nas políticas econômicas do Governo e ajudará a garantir o sucesso do programa do país”.

Fischer: desembolso inicial deve ser feito em dezembro

Ele afirmou que credores oficiais, multilaterais e bilaterais, darão um apoio de mais de US\$ 41 bilhões nos próximos três anos, dos quais aproximadamente US\$ 37 bilhões estarão disponíveis, se necessário, nos próximos 12 meses.

O vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, disse que o desembolso inicial para o Brasil deve ser feito em dezembro, imediatamente após a aprovação do memorando. O primeiro lote será de aproximadamente US\$ 10 bilhões, sendo US\$ 5 bilhões do FMI e de US\$ 5 bilhões dos organismos bilaterais e multilaterais. O segundo desembolso poderá ser de mais US\$ 10 bilhões, já no início de janeiro.

Apesar dos detalhes do desembolso não terem ainda sido divulgados, o primeiro ano do programa é primordial. Segundo Camdessus, 70% dos recursos do FMI estarão dentro da linha de crédito suplementar (*Supplemental Reserve Facility*), que pode ser desembolsada já no primeiro ano. Na Europa, o Banco de Compensações Internacionais (BIS) preferiu não divulgar nenhum comunicado sobre a ação dos dez países mais industrializados.

A ÍNTEGRA DA NOTA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOBRE O ACORDO COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

• O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, assinaram hoje um ofício dirigido ao diretor do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, encaminhando um Memorando de Política Econômica, baseado no Programa de Estabilidade Fiscal do Governo brasileiro, que visa a reequilibrar as contas públicas, assegurando a normalidade das relações financeiras com o exterior e superando as ameaças trazidas pela crise financeira mundial.

Aprovado o memorando pela diretoria colegiada do Fundo, o Brasil ficará habilitado a sacar junto àquela instituição — da qual faz parte como país-membro — o equivalente a 600% de sua cota, que correspondem aproximadamente a US\$ 18 bilhões. Deste total, 70% virão dentro do mecanismo de reserva su-

plementar (SRF) e 30% dentro do tradicional sistema *stand-by* (SBA). Esta combinação permite uma maior e mais imediata disponibilidade de recursos do que seria viabilizada apenas por um acordo *stand-by* tradicional.

A formalização do Memorando de Política Econômica, que substitui as antigas “cartas de intenção” abre caminho para que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento recomendem às suas diretorias a aprovação de uma provisão adicional de créditos para apoiar o programa brasileiro da ordem de US\$ 9,0 bilhões, sendo 50% de cada uma das instituições multilaterais.

Ao formalizar o compromisso de gerar — dentro do ambiente de reformas estruturais da economia — superávits primários de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999, 2,8% em 2000 e

3% em 2001, o Governo brasileiro abriu caminho também para ter à sua disposição uma facilidade adicional de crédito de aproximadamente US\$ 14,5 bilhões, proveniente dos governos de uma grande número de países industrializados que estão apoiando o esforço brasileiro, sob coordenação do Banco de Compensações Internacionais (BIS).

O entendimento com a comunidade financeira internacional disponibilizará para o País mais de US\$ 41 bilhões, dos quais cerca de US\$ 37 bilhões poderão estar disponíveis, se necessário, ao longo dos próximos 12 meses. Desse total, US\$ 9 bilhões estarão disponíveis imediatamente quando da aprovação do programa pelo Fundo. Outra parcela do mesmo valor poderá estar disponível, no início de 1999, mesmo antes da pri-

meira revisão trimestral do acordo, por solicitação do Governo brasileiro através de um novo mecanismo denominado “parcela antecipável” (*floating tranche*), que pode ser utilizada se o programa estiver se desenvolvendo conforme o previsto.

O programa acertado com FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e BIS inclui, além das metas fiscais, compromissos com a estabilidade macroeconômica, com a manutenção de uma firme disciplina monetária e da atual política cambial, bem como com a continuação da abertura econômica. O programa baseia-se no forte ajuste fiscal que o Brasil já está implementando este ano, bem como nas reformas constitucionais da Previdência, da Administração Pública e do regime fiscal, incluindo a do sistema tributário.